

A DIDÁTICA MAGNA E O *RATIO STUDIORUM*: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Oberdan da Silva de Andrade¹

Universidade Tiradentes – UNIT

doc_edu_oberdan@souunit.com.br

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento²

Universidade Tiradentes – UNIT

ester.fraga@souunit.com.br

RESUMO

Na perspectiva da História Cultural e da História do Livro, o presente texto propõe analisar alguns aspectos do método pedagógico presentes na Didática Magna, publicada em 1657 pelo protestante João Amós Comênio e, no *Ratio Studiorum*, documento publicado em 1599, e representava a educação católica instituída pela ordem jesuíta. Além disso, serão registrados os dados biográficos principais dos seus respectivos autores. Embasado nos pressupostos da abordagem qualitativa, optou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, tomando como fontes as respectivas publicações de 2011, da Didática Magna e, de 2019, d'O Método Pedagógico dos jesuítas: o *Ratio Studiorum*. O referencial teórico-metodológico ancora-se em Burke (1992) e Chartier (1994), por contextualizarem a História Cultural e a História do Livro; em Barreto, Nascimento e Sales (2013), por tratarem de impressos protestantes e católicos; em Oliveira (2016), por analisar rupturas e continuidades entre os jesuítas e as reformas pombalinas; e, no método indiciário (Ginzburg, 1989), o qual o define como “[...] um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores”. Essas primeiras aproximações apontam a existência de semelhanças e distinções entre as duas fontes estudadas.

Palavras-Chave: *Ratio Studiorum*. Didática Magna. Impressos Pedagógicos.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes - UNIT. É Mestre em Educação pela Universidade de Pernambuco /UPE e em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias de Lisboa/Portugal. Graduado em Letras (UPE) e em Pedagogia (UniFCV). É Professor e Diretor Escolar da rede pública do ensino básico no estado de Pernambuco.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (2005). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2000). Professor PPG II nível 3 da Universidade Tiradentes do Programa de Pós-Graduação em Educação. Desde 2012 é Bolsista de Produtividade de Pesquisa em Educação do CNPq. Lidera o Grupo de Pesquisa História das Práticas Educacionais/UNIT/CNPq.

Introdução

Para início deste ‘diálogo introdutório’, consideramos contextualizar os pressupostos propagados por Chartier (1990), no que concerne a História Cultural, a qual: “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p. 16), e desse modo, contribui para a compreensão das mais diversificadas visões de mundo mediante a materialização das fontes históricas.

Por este ínterim, encontramos simbiose desse entendimento para com a História do Livro, partindo da compreensão de que: “O significado de um livro não está determinado em suas páginas; é construído por seus leitores” (BURKE, 1992, p. 226.), bem como, são produzidos e disseminados conforme a visão coletiva ou pessoal de sua interpretação à época.

É com este pensar que inserimos esta investigação pelo viés da perspectiva da História Cultural e da História do Livro, objetivando analisar duas fontes históricas que serviram para fundamentar as tendências pedagógicas do século XVII: O *Ratio Studiorum*, documento que foi publicado no final do século XVI e representava a educação católica instituída pelos povos jesuítas e a Didática Magna, manual de reflexões pedagógicas publicado no início do século XVII pelo protestante João Amós Comênio.

O interesse e motivação por este estudo surgiu nas aulas da disciplina Teorias da Educação, a partir do contato com as leituras acerca dos discursos e manuais pedagógicos que circularam neste marco temporal, corroborando do entendimento de que: “seria possível aprender mais sobre os ideais e as suposições subjacentes à leitura no passado (BURKE, 1992, p. 218.), ou seja, mediante a análise de fontes históricas à luz da História da Educação.

Historicamente, o *Ratio Studiorum*, foi idealizado por Inácio de Loyola (1491-1556), padre jesuíta espanhol e um dos fundadores da Companhia de Jesus, criada para combater a expansão do Protestantismo na Europa, por meio do ensino e da expansão da fé católica. De família nobre, na juventude dedicou-se a carreira militar, onde em combate ficou ferido e, ao longo de sua recuperação, preocupado com sua salvação, entregou-se à reflexão e à leitura de textos filosóficos, vivendo em retiros e fazendo peregrinações. De suas experiências escreveu um manual de religião, intitulado ‘Exercícios Espirituais’. Em 1534, foi ordenado padre, inaugurou e chefiou a Companhia de Jesus, institucionalizando o referido documento, o qual viria a ser um Plano de Estudo.

Após cinquenta e oito anos da institucionalização do manual pedagógico do Catolicismo, a Didática Magna é publicada por Comênio (1592-1670). Filho único de

protestantes, teve uma infância de privações e foi educado por uma escola rígida. Ficou órfão aos 12 anos. Tornou-se pastor religioso, precisando fugir no início da Guerra dos 30 anos.

Revoltado com a situação, escreveu obras filosóficas e pedagógicas contra a ordem vigente e reivindicando direitos dos Protestantes, como a leitura e interpretação dos textos bíblicos, na época uma proibição da Igreja Católica. Foi contratado pelo governo sueco para reformar o sistema escolar e produzir livros didáticos.

Sob esse prisma, torna-se preciso referendar que estes dois manuais, apesar de se configurarem em correntes de pensamento educacionais opostas, contribuíram para formação e formatação dos padrões e tendências educativas que se entrelaçaram na modelização dos marcos regulatórios da educação daquele tempo, o que nos faz compreender que: “Não existe na História da Educação estudo mais tradicional que o dos marcos que regem as escolas ou os colégios, pois não atingimos mais facilmente os textos reguladores e os projetos pedagógicos que as próprias realidades (JULIA, 2001, p. 19). Sob este prisma, salientamos que os marcos/manuais do *Ratio Studiorum* e a Didática Magna, apresentam um amplo conjunto de regras educacionais envoltos a uma multiplicidade de ensinamentos à luz da espiritualidade, tendo por propósito maior: formar o indivíduo conforme os padrões morais e virtuosos.

Nesse sentido, para entrar nesta tematização com foco nas primeiras aproximações e contribuições dessas obras clássicas para com a educação, tornou-se preciso transitar pela instituição de seus pressupostos teóricos, conceitos e *práxis*, sem esquecer de nos deter à época, com seus tempos e espaços, pensamentos, resistências e contestações, para desse modo, elaborarmos uma análise aproximativa do objeto pesquisado com olhares ao temário proposto.

Sendo assim, para reforçar esse entendimento e delinear os objetivos desta pesquisa, elaboramos o seguinte questionamento: Quais as primeiras percepções acerca da importância da Didática Magna e do *Ratio Studiorum* para a Educação? De que forma estes manuais pedagógicos são significados e refletidos no campo da História da Educação, da História Cultural e da História do Livro?

Com vistas a obter respostas às nossas inquietações, nos conduzimos pela abordagem qualitativa, através do procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica e documental, cujos resultados parciais se ambientaram dentro de um contexto cultural e historiográfico para com o entendimento preliminar acerca das primeiras aproximações sobre as contribuições do *Ratio Studiorum* e da Didática Magna para a Educação.

Outrossim, o método indiciário de Ginzburg (1989), foi o escolhido para estruturar e direcionar esta investigação, uma vez que por meio dele foi possível: “atentar em indícios, às vezes imperceptíveis, em sintomas, em signos pictóricos, em pormenores, em dados marginais e em pistas” (GINZBURG, 1989, p. 143), buscando tecer e alinhar informações esmiuçadas

dos mais diversificados subsídios da literatura existente presentes em livros, artigos em revistas científicas e pesquisas acadêmicas que dialogavam com a temática proposta.

Para dar sustentação teórica às análises das fontes investigadas, nos embasamos em: Burke (1992) e Chartier (1994), por contextualizarem a História Cultural e História do Livro com vistas à História da Educação; Leonel Franca (2019) e Comênio (2011), por apresentarem respectivamente o *Ratio Studiorum* e a Didática Magna, enquanto modelos pedagógicos educacionais propagados entre os séculos XVI e XVII; em Barreto, Nascimento e Sales (2013), por tratarem de impressos protestantes e católicos com vistas à investigação da circulação e a difusão de ideias dos impressos educacionais cristãos no Brasil; em Oliveira (2016), por analisar rupturas e continuidades entre os jesuítas e as reformas pombalinas, e, no método indiciário de Ginzburg (1989), em que buscou-se conjecturar o invisível a partir do visível.

Como dinâmica estrutural deste artigo, o organizamos em cinco partes com a seguinte ordem: esta parte introdutória, com a apresentação do objeto da investigação, as questões e objetivos do estudo e as justificativas que moveram a produção deste trabalho; três seções, assim estruturadas:

Na primeira e na segunda seção, intituladas respectivamente de: *Formação e formalização do fazer pedagógico: O 'Ratio Studiorum'* e *O repensar pedagógico à luz da universalização educacional: a 'Didática Magna'*, analisamos a trajetória histórica e o pensamento educacional formulados por estas fontes historiográficas, dando importância à compreensão dos seus surgimentos e principais aspectos didáticos.

Na terceira seção, nomeada de: *A Didática Magna e o Ratio Studiorum: primeiras aproximações*, poder-se-ão vislumbrar as interpretações preliminares e parciais acerca das percepções dos aspectos convergentes e divergentes desses dois manuais para a Educação.

Na última parte, submetemos as reflexões acerca das considerações finais deste estudo.

Foi, pois, a partir desse plano textual teórico-metodológico que elaboramos este artigo.

Formação e formalização do fazer pedagógico: O 'RATIO STUDIORUM'

A gênese formal da *práxis* educativa do nosso país, tem suas primeiras concepções a partir da propagação do documento: “*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*”, ou simplesmente, o *'Ratio Studiorum'*, idealizado por Inácio de Loyola, redigido pelos Jesuítas e instituída em 1599 enquanto Plano de Estudo dos colégios da Companhia de Jesus.

Visava garantir a uniformidade dos métodos pedagógicos em prol da mente e do coração dos educadores jesuítas e dos seus alunos, contribuindo didaticamente para o “remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo

e por uma direção das consciências” (JULIA, 2001, p. 22), por meio de um conjunto de regras que formatariam um exímio e eficaz plano de estudos para a aquisição da aprendizagem.

Partindo desse ponto de vista, significa dizer que com este compêndio, dar-se início as primeiras impressões didáticas-pedagógicas formais do Brasil, mediante um modelo educacional cristão da vertente católica, em que versava acerca das diretrizes gerais, métodos de ensino e regras objetivas, sendo que à época: “em todos os lugares essas normas deveriam ser seguidas da maneira como estavam prescritas no documento, em coerência com os preceitos e os interesses da Igreja Católica” (BORTOLI, 2003, p. 45), e dessa forma, o *Ratio Studiorum*, ditou por aproximados duzentos e dez anos os princípios pedagógicos da educação brasileira.

Vinculando à formação religiosa e alinhada à moral, este manual explicita de forma detalhada o fazer pedagógico em suas 467 regras dispostas em seus 30 conjuntos de normas educacionais, cuja redação: “foi fruto das releituras do conjunto dos textos normativos relativos aos estudos produzidos, seja em Roma, seja nas províncias da Companhia” (JULIA, 2001, p. 21), apresentando métodos de ensino e aprendizagem, bem como, orientando os processos educacionais de admissão, acompanhamento e promoção dos alunos.

Nele é demonstrado a diretriz da dignidade refletida na postura e conduta respeitosa para com os educadores e alunos; formula indicações de textos que ‘serviriam’ para serem estudados e estrutura as bases organizacionais do âmbito escolar, traçando desde o mais alto escalão até os grupos de subordinações, bem como, fornece indícios para a ideia da importância da criação de uma supervisão educacional.

Além disso, podemos constatar também que é traçado o detalhamento de uma modalidade curricular agregada à diversificadas atividades e exercícios escolares no âmbito da religiosidade e dos olhares para a firmeza doutrinária, punitiva e disciplinadora do catolicismo, no qual: “os jesuítas eram os mestres mais instruídos e mais zelosos” (FRANCA, 2019, p. 56), estabelecendo assim, o firmamento destes postulados nas centenas de colégios criados para sua atuação.

Mediante essas primeiras impressões, e, atentando para o entendimento intrínseco ao pensamento pedagógico oficial da Igreja, emergida em prol dos preceitos estabelecidos por autores e pensadores que comungavam com o ideal de ensino católico, a exemplo de São Tomás de Aquino, aos alunos, estavam propostos a leitura de autores grego-romanos, com especial atenção aos pensamentos aristotélico e ciceroniano. Vale ressaltar que: “desde o início da maior parte da história ocidental, e especialmente nos séculos dezesseis e dezessete, a leitura foi encarada acima de tudo como um exercício espiritual” (BURKE, 1992, p. 219), e esse pensar foi utilizado veementemente pela ordem jesuíta.

Torna-se interessante observar que o ensino se enveredava pela aquisição de uma

escrita rigorosa e a retórica perfeita, tendo o a Gramática da Língua Latina, como pedra basilar para a edificação metodológica curricular dessas leituras clássicas, bem como, o manear e apropriação das normas gramaticais, afinal: “sabendo expressar-se, o homem sentir-se-ia estimulado a pensar, a articular melhor as suas ideias” (BARRETO; NASCIMENTO; SALES, 2013, p. 50), e desse modo, o *Ratio* procurava aperfeiçoar os discursos mediante a aquisição da erudição ciceroniana, da retórica quintiliana e da poética aristotélica.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à natureza das atividades complementares propostas: a prelação ditados pela fé e por meio de uma doutrinação humanística-tradicional. Neste ponto, a educação deveria ser mediada pela integração de aulas teatrais; apreensão às declamações; atenção aos discursos e as pregações e um olhar mais apurado ao ensino de ginástica, enquanto disciplina que tenderia a proporcionar o bem-estar físico e mental conforme a materialidade de uma educação meramente instrucional e de influência cristã de natureza católica romana.

Com esta visão, formava-se as elites coloniais com instruções morais e administrativas moldadas nos padrões católicos europeus, conforme aponta Barreto; Nascimento; Sales (2013, p. 49), e aos nativos, lhes eram ofertados um ensino de catequese com vistas aos princípios virtuosos e valores morais, cujo plano de estudos: “se adapta bem às exigências do tempo; tudo o que tinha um valor no mundo científico do século XVI foi nele levado em consideração” (FRANCA, 2019, p. 55), o que inseria os preceitos instituídos pelo *Ratio Studiorum*, como um dos mais avançados da época.

Interessa-nos registrar que, no contraponto, proliferavam-se a Reforma pregada pelo protestantismo, e, desse modo, esta obra educativa foi uma das mais eficientes na contrarreforma do catolicismo, haja vista, por exemplo, dela indicar os processos rígidos e criteriosos de seleção docente, atentando sempre para a propagação e fortalecimento hegemônico educacional do catolicismo.

A adoção da soberania histórica e metodológica fincada pelos pressupostos pedagógicos do método jesuítico só foi suprimida em 1773, por ordem do primeiro ministro de Portugal: Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que: “pensou em reorganizar a escola para servir aos interesses do Estado” (ANDRADE, 2021, p. 58). É justo destacar que:

O anti-jesuitismo do discurso da legislação pombalina tem um caráter muito mais político e econômico do que ideológico, uma vez que a Companhia de Jesus representava um obstáculo para a implementação e desenvolvimento das novas diretrizes da administração colonial, que, por sua vez, buscava a todo custo colocar o Estado português em condições políticas e econômicas que lhe permitissem competir com as demais nações europeias (OLIVEIRA, 2016, p. 115).

Logo, depreendemos que, no que diz respeito as primeiras aproximações para com o grau de importância educacional do *Ratio Studiorum*, torna-se inquestionável registrar que a promulgação de sua base pedagógica serviu para padronizar a educação da época, proporcionando ensinamentos que enveredava desde as formas de avaliação e promoção nos colégios, bem como, demonstrava as maneiras de avaliar, ensinar e gerir por meio do estabelecimento de metas, regras e objetivos dos mais multifacetados para o ambiente educacional.

O repensar pedagógico à luz da universalização educacional: A ‘DIDÁTICA MAGNA’

O início do século XVII foi marcado por intensas transformações, dentre elas, a crescente ascensão das ideias reformistas que ameaçavam a hegemonia ocidental dos dogmas da Igreja Católica. No cenário educacional, em apenas cinquenta e oito anos, pós-institucionalização dos pressupostos pedagógicos do catolicismo, foi promulgada a obra ‘Didática Magna’ escrita pelo pensador, educador, cientista e bispo protestante João Amós Comênio. Posteriormente seria conhecido pela alcunha de pai e fundador da didática moderna, afinal: “seu projeto pedagógico é fundamentalmente um plano de sociedade, de sua organização, sua política e seu funcionamento” (BOTO, 2021, p. 41), ou seja, sua obra reuniu todas as possibilidades de reformulação educacional do século XVII.

Consistia em “um tratado educacional sobre a finalidade do homem na Terra, o papel da educação e da religião e as exigências universais do ensino e da aprendizagem, além das metodologias e da disciplina escolar” (ANDRADE, 2021, p. 47), havendo uma racionalização em torno de todas as ações educativas que percorreria desde a teoria didática até o cotidiano das salas de aula.

Tornou-se uma obra atemporal por já constar a defesa da universalização do ensino e a focalização do acesso das crianças pobres: “a ideia era a de ensinar todas as coisas por um método fácil, de maneira a favorecer que as crianças aprendam” (BOTO, 2021, p. 45), e esse pensar também se estendia às mulheres, as quais também se defendia a sua aquisição ao conhecimento escolar.

Além disso, esse postulado demonstrou a importância da utilização da língua nativa como processo de aprendizagem da escrita e a proposição de um currículo comum e com um ensino análogo à natureza: que fosse simples, lógico e harmônico, e desse modo:

[...]considerava que a aprendizagem das línguas não era “uma parte da instrução ou sabedoria”, mas “um instrumento para adquirir instrução e para comunicar aos outros”. Para ele, nem todas as línguas deveriam ser aprendidas, muito menos perfeitamente, pois bastava “aprender o suficiente para ler e entender os livros”. Assim, eram apenas necessárias, além da língua materna, “para tratar

dos negócios domésticos”, as línguas dos países vizinhos, “para entrar em relações com eles”, e a latina, “a língua comum da gente instruída”, indicando para os filósofos e médicos o aprendizado das línguas grega e árabe, e para os teólogos da grega e a hebraica (COMÊNIO apud OLIVEIRA, 2016, p. 117).

Tendo por princípio norteador a criação de “um método universal de ensinar tudo a todos” (COMENIUS, 2011, p. 13): defendia uma educação para a vida cotidiana no ambiente escolar; concordava com um conhecimento que fosse sistematizado; corroborava na ideia de um sistema universalizado educacional; explicitava a importância da disciplina familiar, a ser calcada pela moral, pelos valores e pela honestidade; emitia a necessidade de oportunizar o acesso ao ensino para as mulheres, jovens e adultos; eludia acerca da importância da *práxis* escolar imitar os processos da natureza, sendo preciso proporcionar visitas de campo com aulas expositivas e experimentadas, a fim de que fosse aflorado os sentidos. Logo:

Comênio propõe-se a ensinar tudo. Portanto, é com o todo, com os fundamentos, com bases certas, sólidas e universais que deve se preocupar, e não com o superficial e parcial. Em consequências, nada tem a mudar em sua proposta uma vez que ela atende aos fundamentos e aos fins universais do homem (GASPARIN, 1994, p.50).

Não obstante, o propósito principal de sua didática, se acalentava no equilíbrio entre a ciência e a religião, mas, norteado sempre pela exaltação às Sagradas Escrituras. Sob este prisma, Comênio comungava da crença de que com a Educação seria possível salvar almas e se aproximar de Deus, mediadas sempre pela solidariedade, pelo conhecimento, pela moralidade e pela virtude.

No que concerne o fator organizacional do espaço pedagógico de ensino, Comênio já enfatizava no século XVII, a necessidade de se criar um sistema de ensino organizado por diferentes níveis em que fosse oportunizado a divisão das salas de aula de acordo com a faixa etária e nível dos alunos, bem como, estabeleceu a proposição de um currículo em que se abraçasse os diferentes estágios de aprendizagem, com a devida atenção ao ensino das artes.

No que diz respeito ao professor, este, deveria ser visto e tratado com respeito e admiração, bem como, deveria se atentar ao controle de tempo, proporcionado aos alunos um ensino sequencial, em que não fosse possível sobrar espaço para o ócio, estando em sua responsabilidade a arte de ensinar.

Com este tratado, tido e visto como universal, Comênio propôs um ensino-aprendizado mais fácil, eficaz e atraente, porque se fundamentava no método que seria regido pela ordem, pela uniformidade metodológica e pela sincronização temporal e gradual do ensino, tornando-se assim, um livro precursor para com o início da sistematização de uma didática moderna com vistas a uma pedagogia universal a ser incorporada com maestria à Educação.

A Didática Magna e o *Ratio Studiorum*: primeiras aproximações

Visando contribuir com uma visão mais entendedora acerca das primeiras percepções para com as contribuições do *Ratio Studiorum* e da Didática Magna para a Educação, e, resguardadas as devidas especificidades, incluindo-se aí o nível de detalhamento para com ambos os documentos históricos, os quais devem ser levados em conta todo contexto de época aos quais foram publicizados, essa seção visa expressar por meio de um paralelo, as primeiras aproximações dos pressupostos metodológicos de ensino promulgados pelos povos jesuítas no final do século XVI e por Comênio nos primórdios do século XVII.

Evidentemente que o acionamento de sentido de valor entre ambos não configura como visão para este estudo, mais sim, pretendemos cotejar a visão geral do sistema organizado do ensino instituídos por esses manuais, considerando que ambos os documentos foram elaborados com objetivos voltados para a Educação em tempos passados.

A caracterização preliminar dessas primeiras percepções está apresentada na tabela 01 (um):

TABELA 01: Paralelo acerca das primeiras aproximações e contribuições do *Ratio Studiorum* e da *Didática Magna* para a Educação

RATIO STUDIORUM	DIDÁTICA MAGNA
1 Autorial Católica	1 Autorial Protestante
2 Ensino religioso	2 Ensino religioso
3 Universal para os Jesuítas	3 Universal para Todos
4 Pedagogia Moderna	4 Pedagogia Moderna
5 Aprender a aprender	5 Aprender a fazer
6 Método analítico/mnemônico	6 Método sintético/experimental
7 Sistema organizacional	7 Sistema organizacional

Fonte: ANDRADE; NASCIMENTO, 2022.

Com o objetivo de investigar as acerca das primeiras aproximações sobre as contribuições do *Ratio Studiorum* e da Didática Magna para a Educação, foi possível perceber algumas convergências e divergências.

A começar, a essência dos dois documentos: um de autorial católica e o outro de autorial protestante. Interessa-nos registrar que o contexto histórico à época em que o *Ratio Studiorum* e a Didática Magna foram promulgadas estava bastante conflituoso, principalmente no campo das ideais religiosas. Neste turbilhão, o poderia hegemônico da igreja Católica no ocidente,

sentia-se ameaçada com a difusão das ideias reformistas luterana, que ganhava cada vez mais adeptos, sendo combatida veementemente pela contrarreforma católica.

Foi com este ambiente tempestuoso, regrado às guerras, perseguições, instabilidade e intolerâncias, que surgiram no final do século XVI e início do século XVII os dois postulados metodológicos que iriam reger e influenciar pelos próximos séculos o modelo ocidental da educação, contribuindo, inclusive, para marcar o final da Idade Média e o surgimento da Modernidade.

É partir desse entendimento, que podemos relacionar a visão acerca das primeiras aproximações à luz das contribuições desses dois postulados para com a Educação no âmbito da religiosidade: em ambos, é exposto a importância do conhecimento, tendo base fundamental o cristianismo como pedra basilar para o ensino.

Essa percepção se torna cabível, quando ao analisarmos as duas fontes históricas, são retratadas veementemente a importância do ensino pelo viés das Sagradas Escrituras e os ensinamentos neles contidos, a exemplo da afirmativa do postulado católico: “como um dos ministérios mais importantes da nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso” (FRANCA, 2019, p. 118). A similaridade para com o preceito comeniano, se preconiza pela seguinte transcrição:

E uma vez que nos esforcemos por multiplicar a instrução cristã para infundir, em todas as almas consagradas a Cristo, antes a piedade e depois a cultura e os costumes honestos, podemos esperar aquilo que os oráculos divinos nos ordenam esperar, que um dia a terra se encha do conhecimento do Senhor, assim como o mar está cheio de água (COMENIUS, 2011, p 370).

É sabido que na história da educação, o ensino religioso sempre se fez presente nas instituições escolares, e, deveras, a fé católica sempre foi posta como prioritária para este contexto. No entanto, para o entendimento dos nossos objetivos para com este estudo, depreende-se a visão religiosa cristã como um dos alicerces do ensino, conforme ditou os dois manuais investigados.

Podemos contatar por esta análise documental a compreensão que o *Ratio* possuía uma metodologia pedagógica de caráter universal aos povos jesuítas, ou seja: “o *Ratio Studiorum* seria a base comum que serviria de suporte do trabalho dos jesuítas [...], em coerência com os preceitos e os interesses da Igreja Católica” (BORTOLI, 2003, p. 45), logo, estivessem em quaisquer espaço de ensino, a base comum seria a prescrição desse documento, visando a garantia uniforme instrucional conforme os interesses do catolicismo.

Contrapondo-se a esse tipo de entendimento, Comênio elaborou um tratado Universal de Ensinar tudo a todos, ousando, conforme suas próprias palavras: “[...] prometer uma Didática

Magna, isto é, um método universal de ensinar tudo a todos” (COMENIUS, 2011, p. 13), uma didática que não fosse restrita e/ou voltada a um público escolar distinto e localizado, mais sim, de acesso coletivo: homens, mulheres e crianças, sem diferir classe ou *status* social.

Um outro aspecto que merece ser discutido, diz respeito a percepção essencialmente atualizada e moderna para os padrões da época: “do ponto de vista científico, pedagógico e linguístico, os jesuítas também estavam atualizados com o que se pensava, discutia e publicava na Europa polida” (OLIVEIRA, 2016, p. 115), abarcando uma pedagogia caracterizada por um sistema analítico e mnemônico, carregado de repetições, rigidez e disciplina, preconizando:

O exercício cotidiano da memória, sem, porém, incorrer no defeito da memorização. Memoriza viciosamente quem substitui a memória à atividade da inteligência e da razão; quem decora a descrição de um aparelho em lugar de observá-lo e referir o que observou; quem recita um teorema de geometria em vez de expor-lhe a demonstração racional assimilada” (FRANCA, 2019, p. 57).

Cabe aqui compreendermos a natureza metodológica do ensino católico nos séculos XVI e XVII, que se calcava no ‘aprender a aprender’ e contribuiu para formar grandes intelectuais, a exemplo de Rousseau, Miguel de Cervantes, Pe. Antônio Vieira, Molière, Descartes, O’Connel, de La Barca, Bossuet, Richelieu, Calderon, Corneille, Lope de Veja, Vico, Diderot e Montesquieu.

Traduzindo um equilíbrio entre essas duas visões educacionais modernas, Comenius proliferou reflexões exaltando também uma metodologia com vistas à modernização do ensino, recebendo posteriormente a alcunha de ‘Pai da Pedagogia Moderna’. Sua obra nos faz aproximar do entendimento à racionalidade ofertado aos homens, o faz dotado à prática do aprender a ensinar, concluindo assim, que a prática didática não deve ser vista como contemplativa, mas sim, através da ação e no ato do ‘aprender a fazer’.

Para este fim, a proposta de ensino comeniano, envereda pela utilização do experimento como método de aprendizagem, pois, compreendia que a aquisição do conhecimento via os preceitos da sensibilidade era mais eficiente que a leitura dos livros e a memorização sem sentido. Logo, tornava-se necessário o aluno ter contato direto com a natureza e dela extrair seu aprendizado. Daí a organização de visitas ao campo para que as crianças e jovens pudessem, através dos sentidos aprender de maneira diferente do que constava nos livros apenas:

[...] tanto quanto possível, a tirarem o conhecimento não dos livros, mas do céu, da terra, dos carvalhos e das faias, isto é, é preciso ensiná-los a conhecer e a investigar as coisas em si mesmas e não por intermédio das observações e testemunhos alheios. Isso significará trilhar o caminho percorrido pelos antigos sábios, haurindo o conhecimento das coisas tão-somente em seu próprio arquétipo. [...]. Nada deve ser ensinado apenas pelo método analítico, mas pelo sintético (COMENIUS, 2011, p. 192-193).

Estava aí instaurado os pressupostos de aula passeio e/ou aula de campo enquanto método empírico de aprendizagem, agregando assim, uma educação formal e informal no que toca o processo de metodológico de ensino experimental nas instituições escolares.

No que diz respeito aos preceitos de organização escolar, percebe-se que em ambas as fontes é orientado a unificação dos saberes através da construção curricular de ensino; a sistematização dos conhecimentos e estabelecimentos educacionais; a proposta da existência de regras e normativas voltadas aos professores e alunos, expondo deveres e responsabilidades aos ocupantes dos cargos, bem como, a normalização dos graus de estudo, a assiduidade para com a frequência escolar, assim como, o estabelecimento de carga horária, promoção e progresso nos estudos.

Em virtude do exposto, podemos dizer que tanto o *Ratio Studiorum* quanto a Didática Magna, foram obras que não ficaram presas ao contexto pedagógico da época, mas, tiveram pensamentos com valores universais e atemporais para a Educação.

Considerações finais

As primeiras aproximações sobre as contribuições do *Ratio Studiorum* e da Didática Magna para a Educação nos apontam para o entendimento preliminar acerca dos conceitos didáticos e metodológicos, elaborados dicotomicamente pelo viés do catolicismo e pela vertente do protestantismo.

Estes postulados influenciaram a sociedade educacional entre os séculos XVI século XVII, fazendo-nos refletir que: “foi durante o século dezesseis que os homens tomaram posse da palavra. Durante o século dezessete, começaram a decodificar o ‘livro da natureza’” (BURKE, 1992, p. 232.), e por esta linha de pensamento, as fontes estudadas contribuíram para disseminar a importância dos livros, das normas e das regras educacionais.

À guisa de conclusão, indubitavelmente, os pressupostos metodológicos instituídos pelo *Ratio Studiorum*, enquanto um plano de estudos pensado e formulado pela Companhia de Jesus, cuja “originalidade do *Ratio* deve-se à lentidão de sua elaboração: além do fato de que duas versões sucessivas, de 1586 e de 159, circularam através de diversas regiões antes da publicação do texto definitiva de 1599 (JULIA, 2001, p. 20), exerceram bastante influência na educação, mediante a sua organização e a orientação, envoltos a estudos individuais e coletivos; pesquisas; debates; exposições; premiações memorizações e representações teatrais, sem esquecer dos ensinamentos para com a disciplina, obediência aos superiores e moralidade cidadã.

No que diz respeito a Didática Magna, cuja natureza pedagógico se remete a um livro de reflexões e de cunho autoral, sua proposição em torno de um método universal de ensino, atentava para um ensino coletivo e persuasivo, ao invés de sê-lo punitivo, bem como, apregoava

a valorização da língua nativa envolto a um currículo comum agregado a metodologia experimental, conciliado entre religião e ciência e alinhado ao aprender fazendo.

Em ambos, encontramos indícios de duas obras precursoras de uma evidente e notável modernidade pedagógica. Destarte, pelas percepções destacadas, ressaltamos a importância da valorização desses documentos para a Educação em sua forma global, afinal, estes anuais clássicos e históricos foram e ainda são bastante significativos para a compreensão da História da Educação com vistas à História Cultural e da História do Livro.

Nestes termos, corroboramos da afirmativa de que: “as obras, mesmo as maiores, ou sobretudo, as maiores, não tem sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção” (CHARTIER, 1994, p. 9), acepções estas, que se adequam as análises, interpretações e reflexões das convergências e divergências dos modelos educacionais inseridos nas fontes históricas do *Ratio Studiorum* e da Didática Magna para a Educação.

Referências

ANDRADE, Oberdan da Silva de. **Entre o Real e o Ideal: A imagem docente no contexto atual.** Jundiá: Paco, 2021.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; SALES, Tâmara Regina Reis. Sobre a circulação de livros e a leitura na Colônia brasileira. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades**, (Madrid), año 15, no 30. Segundo semestre de 2013. Pp. 45-61.

BORTOLI, Karen Fernanda da Silva. O Ratio Studiorum e a missão no Brasil. **Revista História Hoje**, São Paulo, n. 2, 2003.

BOTO, Carlota. Comenius e a educação universal para ensinar todas as coisas. **Pedagogía y Saberes**, n. 54, Universidad Pedagógica Nacional, Facultad Educación. 2021. p. 37-54

BURKER, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas.** Trad.: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: UnB, 1994.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COMENIUS, Iohannes Amos. **A Didática Magna.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum.** 1ª ed. São Paulo: Kírion, 2019.

GASPARIN, João Luiz. **Comênio ou da Arte de Ensinar tudo a todos.** Campinas, SP: Papirus, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais.** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação.** n. 1. jan./jun. 2001. p. 9-43

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. Os Jesuítas e as reformas pombalinas: rupturas e continuidades. **Revista de Estudos de Cultura.** N. 6. Set.dez.2016. Pp. 111-123.